



em: <<http://www.facec.edu.br/seer/index.php/formacaode-professores/article/view/3/60>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

CATRIB, Ana Maria Fontenelle. **Avaliação do desempenho institucional de uma unidade acadêmica da Unifor**. 1997. 136 f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Ceará.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, 2002.

DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. (1977). **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. (“Dynamique de la recherche en sciences sociales”). Trad. de Ruth Joffily. Rio de Janeiro, F. Alves, 251p.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola: base teórica e construção do projeto**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MASETTO, Marcos T. **O professor universitário e sua formação pedagógica**. In: BICUDO, Maria A. V.; SILVA, Junior Celestino A. da. (Org.). **Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e continuada**. v. 2. São Paulo: UNESP, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NEVO, D. (1990). **Role of the evaluator**. In: H. Walber & G. Haertel (Ed.), **The International Encycloppedia of Educational Evaluation**. Oxford: Pergamon Press. 89-91.

NOBREGA, Clemente. **Gestão é resultado, não esforço**. Disponível em: <http://www.clementenobrega.com.br/homologacao/detalhe_artigos.aspx?id=55818289-65b7-49fe-856c-5f1345aa695d>. Acesso em: 6 set. 2009.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional: teoria, planejamento e modelos**. São Paulo: IBRASA, 2000.



PARA ONDE APONTA A AVALIAÇÃO DE SISTEMAS: A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA QUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

*Maria do Carmo Pinheiro Marques
Maria Cleide da Silva Barroso
Silvana Melo de Sousa*

Introdução

Nos dias atuais, a busca da qualidade na educação pública, tem sido a grande meta perseguida nas políticas na área da avaliação educacional. A avaliação educacional apresenta a possibilidade de fornecer informações e subsídios para a implantação e implementação de políticas educacionais, assim como, o monitoramento, elemento fundamental presente na avaliação, propiciando ao sistema educacional dados para investigar se as políticas realizadas estão conseguindo obter êxito necessário às ações.

Assim, um sistema de avaliação educacional pode contribuir para o progresso e o desenvolvimento do país, do estado ou do município. Nessa perspectiva, a busca pela qualidade da educação tem sido um caminho percorrido por todas as nações. Segundo Silva (2008) o uso do termo “qualidade” caracteriza um estado de coisas num sentido positivo. Ao afirmarmos que “um produto é de qualidade” ou que “uma escola é de qualidade”, atribuímos-lhes condição ou situação desejável (p. 194). Assim sendo, a oposição é considerada de má qualidade, pois se distancia daquilo que é almejado.

Vejam outros autores. Rodrigues (2007) defende que a qualidade da educação está atrelada ao processo de aprendizagem do aluno e de medidas de desempenho individual. Estes, encontram-se ancorados em sistemas educacionais que estruturaram objetivos e propósitos a serem alcançados.



Para Dourado (2007), “a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões” (p. 9). Assim, a relação entre recursos materiais e humanos, a relação que ocorre na escola e na sala de aula, os processos de ensino e aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação ao desempenho dos alunos” (UNESCO, 2003, p. 12) - são dimensões, fatores e indicadores que ocupam a agenda de políticas públicas no campo da educação, tanto a nível nacional quanto internacional.

Diante do exposto, elencamos como necessária ao nosso estudo teórico e bibliográfico, a análise da categoria qualidade, pois a mesma sempre apresenta-se articulada às temáticas referentes ao fenômeno educativo, e com maior ênfase nos últimos estudos sobre avaliações externas ou de sistemas.

Sobre A Categoria Qualidade Na Avaliação Educacional

Em pesquisas realizadas pela Unesco (1998, 2000, 2001 apud DOURADO, 2007, p. 10), observa-se que a discussão sobre a qualidade da educação perpassa a escola de qualidade ou a escola eficaz. Desse modo, encontram-se elementos objetivos que nos ajudam a melhor compreendê-la, tais como: “custos básicos de manutenção e desenvolvimento; condições objetivas e subjetivas da organização escolar e da avaliação de qualidade da educação por meio do aproveitamento ou rendimento escolar dos alunos; características da gestão financeira, administrativa e pedagógica; os juízos de valor; as propriedades que explicam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido”. Esses são aspectos que envolvem o conceito de qualidade e que estão inseridos no interior da escolar e na percepção dos diferentes atores sobre a organização da mesma.

A qualidade da educação, segundo a UNESCO (2003, p. 44 apud DOURADO, 2007 p. 11), “é um conceito normativo e multi-



fatorial” que se “vislumbra a construção de dimensões e fatores que expressam relação de validade, credibilidade, incorruptibilidade e comparabilidade” (idem). Destacam-se critérios que balizam à “avaliação da qualidade, como: a relevância, a pertinência, a equidade, a eficiência e a eficácia” (idem, idem).

Esses elementos de referência citados, convergem para a estruturação dos sistemas de ensino e gestão, que por sua vez desenvolvem “programas e projetos educacionais na perspectiva de uma administração flexível e autônoma dos recursos educacionais em nível institucional” (DOURADO, 2007, p. 13).

Ressalta-se que nas últimas cinco décadas, os organismos multilaterais tem influenciado na elaboração de projetos e políticas educacionais. É o caso da Unesco e da Orealc que têm discutido o fenômeno qualidade da educação na perspectiva de 4 dimensões, quais sejam: pedagógica, social, cultural e financeira (DOURADO, 2007, p. 12), entendendo que “a qualidade da educação deve se dar em uma perspectiva polissêmica, envolvendo as condições intra e extraescolares, bem como os diferentes atores individuais e institucionais” (idem, p. 24).

A Cúpula das Américas estruturou um documento apontando as “dimensões extraescolares e as dimensões intraescolares”. As primeiras se organizam em dois níveis: o do espaço e o dos direitos, obrigações e garantias. Nas segundas se destacam quatro níveis: condições de oferta do ensino, gestão e organização do trabalho escolar, formação, profissionalização e ação pedagógica, e ainda, acesso, permanência e desempenho escolar, cada um com aspectos relevantes na conceituação e definição da qualidade da educação” (DOURADO, 2007, p. 25).

Nesse sentido, faz-se necessária a articulação entre qualidade da educação e avaliação, no que concerne aos resultados educativos que se apresentam no desempenho dos alunos. Sendo que esse desempenho deverá ser acompanhado através de “análises mais exaustivas, que ajudam a explicar esses re-



sultados à luz das distintas variáveis que gravitam em torno do fenômeno educativo” (DOURADO, 2007, p. 12).

Algumas breves incursões sobre esse tema podem iniciar-se pelo destaque nos anos de 1980. O período é marcado por uma intensa e efervescente movimentação da educação no Brasil, desencadeada pela abertura política e a redemocratização do estado. Os movimentos sociais de então agregaram estudantes e educadores com fins de questionar a qualidade de ensino.

O processo de redemocratização dos anos 1980 tornou possível uma ampla discussão sobre os problemas educacionais e marca o início das primeiras experiências de avaliação educacional em larga escala.

Segundo Coelho (2009) no Brasil entre o período de 1987 a 1990, o “Ministério da Educação investiu no desenvolvimento do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau-SAEP” (p. 4), refletindo a preocupação do governo no desempenho das escolas e sistemas educacionais.

A trajetória da avaliação educacional nos anos de 1980 é reforçada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que segundo o entendimento de Coelho (2009) “a avaliação educacional é tratada de forma associada à qualidade da educação” (p. 4).

Desse modo, com novas formulações, advindas das mudanças desse período em torno da educação - em que as concepções de sociedade, escola e homem foram reestruturados de forma a organizar-se a esse novo panorama social - o novo mundo anunciava a quebra do paradigma vigente e a emergência do surgimento de outro, com um conjunto de novas necessidades, voltados para a sociedade do conhecimento.

Essas novas concepções apontavam para a emergência de novo paradigma, em que a educação passa a ser vista como uma política econômica que tem como objetivo preparar o cidadão para inclusão numa sociedade cada vez mais científica e tecnológica.



Para tanto, a educação deve ser vista como um processo que liberta o homem, definindo-o como sujeito de sua própria aprendizagem, produtor de conhecimento a partir de suas próprias experiências e valores humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos; preparando-o para o mundo do trabalho; desenvolvendo o princípio de competências articulando saberes e habilidades e a convivência democrática e cidadã (MORAES, 1999).

Essas novas necessidades serão representadas em um conglomerado de ações para a educação. Um grandioso projeto em nível mundial estava se estruturando através da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien (1990) na Tailândia e da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Os organismos internacionais, entre eles, o Banco Mundial elaboraram documentos que influenciariam a construção de nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN de Nº 9.394/96) e ainda auxiliariam na consolidação do nosso Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (COELHO, 2008, p. 6).

Na mesma década, tem-se a instituição do Plano de Educação para Todos, fruto da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (1990), a qual já se fez referência. A mesma conferência contou com a participação de 155 países e 120 organizações não governamentais gerando uma Declaração, um Plano e seis metas que definiram em âmbito mundial as regras de educação para os países da América Latina.

Esses importantes eventos imprimem outro ritmo a educação, passando a ocupar lugar de destaque na nova agenda das políticas. Foi dessa época o novo papel assumido pelo MEC, concentrando-se na articulação e no monitoramento das políticas nacionais de educação básica. Neste momento os sistemas dos estados e municípios incorporaram a sua dinâmica “o desenvolvimento da gestão e a implementação de instrumentos de avaliação” (CASTRO, 1999, p. 18).



Os dirigentes e gestores de ensino passam a reconhecer os processos avaliativos externos como tendo grande importância no monitoramento das políticas públicas. Com estas mudanças, as rede de ensino dos estados e municípios passam a implementar os projetos de avaliação nacional, no caso o SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. As reformas educacionais dos anos 1990 se mostram mais amplamente bem sucedidas, apresentando como foco a gestão e a avaliação (CASTRO, 1999).

Com a publicação da LDB de 1996, o passo seguinte seria a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental e Médio, como também a Proposta para o EJA e os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RCNEI)

Desde a sua “primeira aplicação em nível nacional no ano de 1990, o SAEB tem procurado utilizar as metodologias de coleta e análise de dados”. Naquele momento, “não havia sido introduzido no sistema um mecanismo que pudesse garantir a possibilidade de comparação de resultados de um ano para o outro”. A ação se dava da seguinte forma: “os resultados eram analisados separadamente sendo, ao final, possível verificar a existência de aspectos comuns entre as avaliações”. “A partir de 1995, porém, houve a intenção explícita de garantir a comparabilidade e assim, formar uma série histórica de resultados da avaliação” (INEP, 2007).

Assim, segundo Coelho (2008), “coube a esse sistema monitorar a qualidade” (p. 7), promover a avaliação externa e/ou avaliação em larga escala no cotidiano escolar que consiste no exame contínuo ou periódico da gestão administrativa. Ele procura cumprir metas estabelecidas na nova LDBEN que em seu art. 9º estabelece “a obtenção, análise e disseminação de informações sobre a educação e o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino”.

Conclusões Parciais

O estudo teórico da avaliação de sistemas e da categoria qualidade nos remeteu as percepções iniciais, que detalharemos a seguir. Primeiramente, que a avaliação de sistemas é algo inovador e representa um caminhar evolutivo das discussões sobre a avaliação. A função de responsabilidade educacional aparece conectada a avaliação de sistemas, que envolve tanto o reconhecimento dos processos avaliativos externos, como de grande importância no monitoramento das políticas públicas, na atualidade.

Em segundo lugar, a construção histórica dos períodos analisados apontam a categoria qualidade como essencial para demonstrar a necessidade da eficácia, eficiência e equidade nos processos sociais e educacionais.

A pesquisa bibliográfica revelou ainda, a grande importância da categoria qualidade na contemporaneidade, aparecendo recorrente nos textos, documentos oficiais e discursos dos especialistas da educação.

Referências

BRASIL. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

BRASIL, Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SAEB - 2005 Primeiros Resultados: Médias de Desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada. 2007. http://www.inep.gov.br/download/saeb/2005/SAEB1995_2005.pdf

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de Avaliação da Educação Básica no Brasil: aprendizagens e desafios. Rio de Janeiro:



ro, CEDES, Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas de Educação, vol.16, nº59, abril/junho 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes (Coord.) A Qualidade da Educação: conceitos e definições Brasília, MEC/INEP, 2007.

FERRÃO, Maria Eugênia (et al.). O SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. Revista Brasileira de Estudos de População, v.18, n.1/2, jan./dez. 2001.

KLEIN, Ruben, FONTANIVE, Nilma Santos. Avaliação em Larga Escala. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.66, abr./jun.1995.

MORAES, Maria Candida de. O Paradigma Educacional Emergente. Coleção Práxis.Campinas, SP: Papirus, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, INEP. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. Avaliação interna de Instituição. 2008. http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/eduperior/institucional/news08_01.htm.

RODRIGUES, Margarida Maria Mariano. Avaliação Educacional Sistêmica dos Testes de Desempenho e de seus Resultados: Estudo do SAEB. Brasília, 2007 - Tese de Doutorado em Psicologia.



POLÍTICA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: AVALIANDO AÇÕES PARA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS INGRESSANTES

*Andreliza Cristina de Souza
Mary Ângela Teixeira Brandalise*

Introdução

A pesquisa aqui apresentada tem como temática as políticas públicas para o acesso e permanência no ensino superior no Brasil. Objetiva analisar a eficácia das ações para permanência no ensino superior dos alunos beneficiados pelo programa do sistema de cotas numa universidade pública paranaense - cotas para alunos negros de escolas públicas e cota para alunos de escolas públicas. A investigação, de cunho qualitativo, tem como procedimentos: análise documental, observação participante e grupo focal. Os sujeitos da pesquisa, acadêmicos ingressantes pelo sistema de cotas implantado na instituição, serão selecionados para compor uma amostra estratificada proporcional à quantidade de beneficiados por essa ação afirmativa no período 2007-2010. A análise dos dados obtidos será realizada numa perspectiva quali-quantitativa, e para a análise dos depoimentos oriundos dos grupos focais a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC. Espera-se com este trabalho possibilitar uma reflexão quanto ao papel das políticas públicas para a democratização e permanência no Ensino Superior.

Desenvolvimento

A Política de Cotas para ingresso no Ensino Superior é uma das aplicações possíveis das ações afirmativas. No contexto brasileiro, muitas instituições do Ensino Superior vêm adotando-a, a fim de possibilitar o acesso e a permanência de estudantes pertencentes a uma parcela da população menos favorecida da